

Após reação de indígenas, general fica com diretoria do órgão

De Brasília

Entre as publicações na antessala da presidência da Funai, "Massacre Indígena Guarani" é simples, ilustrada e bilingue. Escrita em português e guarani, trata de um dos mais longos conflitos de terra que o novo presidente Antonio Costa espera destravar a partir do diálogo com o Congresso, de recursos para um fundo indenizatório e no estímulo à produção indígena.

São pontos importantes do debate das questões indígenas, mas ainda sem consenso entre índios e indigenistas ou entre ruralistas. "Concordamos que é o caso de apoiar o desenvolvimento de projetos econômicos das comunidades indígenas, mas a geração de renda dos índios não pode substituir o investimento que o próprio governo tem obrigação de fazer em demarcação de terras, saúde, educação e assistência", diz Márcio

Santilli, sócio-fundador do Instituto Socioambiental (ISA), e ex-presidente da Funai em 1995 e 1996.

Na arquitetura que o Partido Social Cristão (PSC) desenhou para a Funai e foi referendada pelo Ministério da Justiça na gestão de Alexandre de Moraes, a presidência é exercida pelo dentista Antonio Costa e a Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável está sob o comando do general da reserva Franklimberg Ribeiro de

Freitas, que era assessor de Relações Institucionais do Comando Militar da Amazônia, em Manaus.

Em agosto, o general havia sido indicado à presidência da Funai, mas houve forte reação indígena contrária. Antes dele, o PSC havia indicado o general Roberto Sebastião Peternelli Junior, nome também rejeitado por lideranças indígenas, segundo apurou na ocasião o site "Amazônia Real".

A diretoria de Promoção do

Desenvolvimento Sustentável, que está sob a chefia do general Ribeiro de Freitas, tem pauta sensível. Lida com todas as políticas públicas de assistência às aldeias além de cuidar do licenciamento. É dali que saem, também, pareceres técnicos sobre obras que o governo pretende licenciar.

"Nossa preocupação é que a Funai não cumpra sua função institucional e constitucional de demarcação de terras", diz Cleber Buzat-

to, secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Para ele, o embate recente deflagrado pela portaria 68 do Ministério da Justiça, buscando alterar o rito demarcatório (pontos polêmicos foram retirados em seguida, mas a Portaria 80 manteve a instalação de um grupo de trabalho na Justiça), "é um indicativo forte que a perspectiva de enfraquecimento da Funai, que já existia, se acelerou com o governo Temer." (DC)

Valor Econômico, 13/02/2017, Especial, p. A12